

Demonstrações contábeis

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$309.777 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.2 e 8 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 7 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
CIRCULANTE			
		61.028	49.964
Caixa e equivalentes de caixa	4	28	16
Investimentos de curto prazo	5	15.272	6.458
Concessionárias e permissionárias	6	7.878	4.276
Impostos a recuperar		-	29
Adiantamento a fornecedores	7	6.777	10.722
Ativo contratual da concessão	8	30.988	28.329
Outros ativos		85	134
NÃO CIRCULANTE			
		278.946	252.315
Concessionárias e permissionárias	6	4	3
Ativo contratual da concessão	8	278.789	252.227
Direito de uso sobre arrendamento		153	85
TOTAL DO ATIVO			
		339.974	302.279
PASSIVO			
CIRCULANTE			
		54.699	58.275
Debêntures	10	2.006	1.301
Arrendamentos a pagar	16.3	109	24
Fornecedores	9	713	4.377
Contribuições diferidas	12	1.131	1.034
Salários, férias e encargos sociais		209	164
Tributos e contribuições sociais a recolher		743	1.089
Dividendos a pagar	16.2	26.517	27.664
Provisões pré-operacionais	13	16.747	18.089
Encargos regulatórios		155	191
Adiantamento de clientes		6.369	4.193
Outros passivos		-	149
NÃO CIRCULANTE			
		152.763	148.865
Debêntures	10	132.364	122.141
Arrendamentos a pagar	16.3	51	69
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	8.500
Adiantamento de clientes		631	308
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	9.542	8.641
Contribuições diferidas	12	10.175	9.206
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		132.512	95.139
Capital social	15.1	14.651	6.151
Reservas de lucros		117.861	88.988
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		339.974	302.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita de operação e manutenção		5.960	2.239
Remuneração ativo contratual da concessão		57.207	62.769
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	63.167	65.008
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo dos serviços prestados	18	(5.058)	(8.782)
		(5.058)	(8.782)
LUCRO BRUTO		58.109	56.226
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(553)	(389)
Pessoal		-	(24)
		(553)	(413)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		57.556	55.813
Despesas financeiras	19	(18.037)	(11.202)
Receitas financeiras	19	527	209
		(17.510)	(10.993)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		40.046	44.820
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(1.215)	(2.748)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11 e 20	(901)	(1.256)
		(2.116)	(4.004)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		37.930	40.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	37.930	40.816
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	37.930	40.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Descrição	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.151	1.230	51.841	5.305	-	64.527
Transferência de Reserva de lucros para Reserva de lucros a realizar	-	-	5.305	(5.305)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	40.816	40.816
Destinação do lucro líquido:						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(10.204)	(10.204)
Reservas de lucros a realizar	-	-	30.612	-	(30.612)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.151	1.230	87.758	-	-	95.139
Aumento de capital	8.500	-	-	-	-	8.500
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	37.930	37.930
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	1.700	-	-	(1.700)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(9.057)	(9.057)
Reservas de lucros a realizar	-	-	27.173	-	(27.173)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	14.651	2.930	114.931	-	-	132.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		40.046	44.820
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Amortização		112	34
Encargos de dívidas (Inclui arrendamentos e variações monetárias líquidas)	19	17.810	10.989
Receita de aplicações financeiras	19	(520)	(204)
Descontos financeiros obtidos	19	(1)	-
Contribuições diferidas		1.067	1.488
		18.468	12.307
(Aumento) redução no ativo			
Concessionárias e permissionárias		(3.603)	(873)
Impostos a recuperar		(157)	833
Ativo contratual de concessão		(29.221)	(40.762)
Adiantamentos a fornecedores		3.945	1.767
Outros ativos		28	(115)
		(29.008)	(39.150)
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		(3.663)	(14.212)
Taxas regulamentares		(46)	119
Salários, férias e encargos sociais		45	(143)
Tributos e contribuições sociais a recolher		322	(1.145)
Provisões pre-operacionais		(1.342)	(6.422)
Adiantamento de clientes		2.499	3.100
		(2.185)	(18.703)
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(1.846)	(807)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de operacionais		25.475	(1.533)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates de investimentos de curto prazo		24.618	50.413
Aplicações em investimentos de curto prazo		(32.912)	(51.612)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(8.294)	(1.199)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de principal e juros de arrendamentos		(116)	(41)
Juros e correção pagos (encargos de dívidas)	10c	(6.849)	(6.737)
Pagamento de dividendos	16.2	(10.204)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	8.500
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos		(17.169)	1.722
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		12	(1.010)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do período		16	1.026
Saldo no final do período		28	16
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		12	(1.010)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A (“Companhia” ou “ETC”), foi constituída em 18 de julho de 2016 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada na Rua Gomes de Carvalho 1996 15º andar, conjunto 151, Sala Q, Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
020/2016	30	2046	R\$ 35.955	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial sendo reajustada anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. RAP do ciclo 2021-2022, conforme resolução homologatória nº 2.895.

A Companhia entrou em operação comercial em setembro de 2019.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Impactos do COVID-19

Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e subestações, e observando as recomendações das autoridades sanitárias em localidade em que atua.

Em 2020 foi criado o Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a situação, e a Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de carácter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia.

A partir de 18 de outubro de 2021, os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de Trabalho Híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Interna de Controle de Infecção e aprovado pelo Comitê de Crises, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente deles, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 07 de março de 2022.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – Continuação

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance.

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – Continuação

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, registrados no passivo circulante e não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.2 Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado o início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto da Companhia, que é 10,47% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.2 Ativo contratual da concessão - Continuação

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias

Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.3 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4 Provisão para redução ao valor de recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.5 Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debêntures contraídas sujeitas a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.6 Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica “Contribuições e encargos regulatórios diferidos”, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.8.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.10 Tributação

3.10.1 Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 3,00%

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.10.2 Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro presumido.

3.10.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis.

- Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

3.12 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Caixa e equivalente de caixa:</u>		
Numerário disponível	3	4
Aplicações Financeiras	25	12
	28	16

5. Investimentos de curto prazo

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Investimentos de curto prazo</u>		
Aplicações financeiras em fundo de investimentos	15.272	6.458

As aplicações financeiras mantidas em fundo de investimentos STA Energia, que tem característica de renda fixa e possui remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 100,06% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (89,47% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

6. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Concessionárias e permissionárias</u>		
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo circulante)	7.878	4.276
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo não circulante)	4	3
	7.882	4.279

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, da avaliação e monitoramento do risco de crédito e tendo em vista que os recebíveis são garantidos por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. Adiantamentos a fornecedores

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 6.777 referente a adiantamentos a fornecedores de materiais e serviços do empreendimento (R\$ 10.722 em 31 de dezembro de 2020).

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo contratual da concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	239.794
Receita de operação e manutenção (nota 17)	4.603
(-) Parcela variável (nota 17)	(2.265)
Remuneração do ativo de concessão (nota 17)	65.534
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(27.110)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 - Ativo contratual	280.556
Receita de operação e manutenção (nota 17)	6.526
(-) Parcela variável (nota 17)	(294)
Remuneração do ativo de concessão (nota 17)	59.821
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(36.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 - Ativo contratual	309.777
Ativo contratual da concessão- Circulante	30.988
Ativo contratual da concessão - Não-circulante	278.789
	309.777

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item ao final da concessão.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

9. Fornecedores

O saldo do contas a pagar a fornecedores da Companhia representa obrigações com fornecedores de bens comprados e serviços prestados no curso normal do negócio, que será liquidado no período de doze meses. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A Companhia possui o montante em aberto com fornecedores de R\$ 713 (R\$ 4.377 em 31 de dezembro de 2020).

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Debêntures

a. O saldo de debêntures é composto da seguinte forma:

Dívida	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante				
			Encargos	Custo a amortizar	31/12/2021	31/12/2020	Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª Série	15/09/2023	113,5% do CDI	727	(182)	545	11	-	30.700	(129)	30.571	27.646
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª Série	15/09/2025	IPCA + 6,17%	1.822	(361)	1.461	1.290	3.697	99.074	(978)	101.793	94.495
			2.549	(543)	2.006	1.301	3.697	129.774	(1.107)	132.364	122.141

Em 15 de dezembro de 2018, a Companhia realizou a 2ª Emissão de 116.000 debentures simples, totalizando R\$ 116.000, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária nos termos do artigo 58 caput, da Lei 6.404/76, com garantia fidejussória adicional. O liquidante é o Banco Itaú Unibanco S/A. As debêntures emitidas na 1ª série têm prazo de vencimento de 5 anos, vencendo, portanto, em 15 de setembro de 2023, a 2ª série tem dois vencimentos, 50% (primeira parcela) em 15 de setembro 2024 e 50% ao final de 7 anos, vencendo, portanto, em 15 de setembro de 2025. Para ambas emissões a remuneração será paga semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2019 e o último pagamento na data de vencimento (15 de setembro de 2023 para 1ª série e 15 de setembro de 2025 para a 2ª série).

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas as cláusulas quantitativas e qualitativas definidas na escritura de emissão, que incluem índices financeiros apurados com base nas demonstrações contábeis da Alupar Investimento S.A. (fiadora). Em 31 de dezembro de 2021, todas essas obrigações especificadas foram cumpridas.

A Alupar Investimento S.A. declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável fiadora principal pagadora e devedora solidária do valor garantido, desde a data de emissão até a data de verificação do pagamento integral do valor garantido.

b. Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas relativas à debêntures e encargos de dívidas têm os seguintes vencimentos:

	2022	2023	2024	2025	Total
Debêntures - 2ª Emissão	2.549	30.700	51.385	51.386	136.020
Debêntures - custo de captação	(543)	(490)	(361)	(256)	(1.650)
	2.006	30.210	51.024	51.130	134.370

Todos os recursos obtidos com as debêntures foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Debêntures - Continuação

c. As movimentações de debêntures são compostas da seguinte forma:

Moeda nacional	Saldo inicial	Provisão de encargos	Amortização do custo de captação	Amortização dos encargos	Saldo final
Dívida	31/12/2020	(nota 19)	(nota 19)		31/12/2021
Debêntures					
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª Série	27.657	4.258	182	(981)	31.116
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª Série	95.785	12.976	361	(5.868)	103.254
	123.442	17.234	543	(6.849)	134.370

Moeda nacional	Saldo inicial	Provisão de encargos	Amortização do custo de captação	Amortização dos encargos	Saldo final
Dívida	31/12/2019	(nota 19)	(nota 19)		31/12/2020
Debêntures					
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª série	30.534	962	182	(4.021)	27.657
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª série	88.667	9.473	361	(2.716)	95.785
	119.201	10.435	543	(6.737)	123.442

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47, a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 – Orientação contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Ativo fiscal diferido				
Diferido do arrendamento mercantil	(160)	(160)	(93)	(93)
Subtotal	(160)	(160)	(93)	(93)
Passivo fiscal diferido				
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	30.989	30.989	191.464	191.464
Diferido do arrendamento mercantil	153	153	85	85
Diferido do ativo contratual	278.789	278.789	89.092	89.092
Subtotal	309.931	309.931	280.641	280.641
Base de cálculo				
Base de cálculo	309.771	309.771	280.548	280.548
Imposto diferido - base de cálculo	309.771	309.771	280.548	280.548
Alíquota presumido	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo diferido	24.782	37.173	22.444	33.666
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
Total tributo alíquota efetiva	6.196	3.346	5.611	3.030
Total IRPJ e CSLL diferido	6.196	3.346	5.611	3.030
Total IR e CS alíquota aplicada		9.542		8.641
		9.542		8.641

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos – Continuação

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos se deu conforme a seguir:

	Lucro Presumido				
	Dezembro	Movimentação no	Dezembro	Movimentação no	Dezembro
	2019	resultado (nota 20)	2020	resultado (nota 20)	2021
Imposto de renda diferido	4.796	815	5.611	585	6.196
Contribuição social diferida	2.589	441	3.030	316	3.346
	7.385	1.256	8.641	901	9.542

12. Contribuições diferidas

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante	1.131	1.034
Pis Diferido	201	184
Cofins Diferido	930	850
Passivo não circulante	10.175	9.206
Pis Diferido	1.812	1.639
Cofins Diferido	8.363	7.567
	11.306	10.240

O diferimento das contribuições é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.

13. Provisões pré-operacionais

A Companhia possui R\$ 16.747 em aberto em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 18.089 em 31 de dezembro de 2020). As provisões pré-operacionais são decorrentes dos custos de construção incorridos na fase de implantação, para os quais ainda não houve desembolso financeiro. Tais desembolsos ocorrerão de acordo com negociações comerciais e serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

14. Provisões para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Provisões para contingências - Continuação

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas, administrativas ou arbitrais cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas, administrativas ou arbitrais classificadas com probabilidade de perda remota.

(A) PERDA PROVÁVEL: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possui processos com classificação provável de perda.

(B) PERDA POSSÍVEL: embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia, merecem destaques as seguintes demandas, classificadas com probabilidade possível de perda:

(i) Demandas arbitrais: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 01 (um) processo de natureza arbitral com valor em risco de R\$ 11.431. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía o mesmo processo de natureza arbitral com valor em risco de R\$ 10.687. Destaca-se que referida variação reflete mera atualização do valor em risco.

Procedimento Arbitral nº CMA 652-20-JCA, instaurado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções S.A., perante o CENTRO DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM CIESP/FIESP. Trata-se de procedimento arbitral instaurado para dirimir controvérsia decorrente do Contrato de Empreitada a Preço Unitário e Prazo Determinado nº ETC_JU_COM_0023-18.

(ii) Demandas Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 01 (um) processo judicial de natureza trabalhista com valor em risco de R\$ 388, envolvendo, ainda, outras 06 (seis) coligadas. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 01 (um) processo desta mesma natureza, no entanto, não possuía valor em risco considerando a objeto da ação

(iii) Demandas Ambientais: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 01 (um) processo administrativo de natureza ambiental, com valor em risco de R\$ 91. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía o mesmo processo de natureza ambiental com valor em risco de R\$ 73. Destaca-se que referida variação reflete mera atualização do valor em risco.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital social

Em 02 de fevereiro de 2021, o conselho de administração da Companhia aprovou o aumento do capital social no valor de R\$ 8.500, mediante a emissão de 8.500.000 (oito milhões e quinhentas mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ R\$ 14.651 composto por 14.651.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. (R\$ 6.151 composto por 6.151.000 ações em 31 de dezembro de 2020)

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimento S/A	14.650.999	100%	6.150.999	100%
Outros	1	0%	1	0%
Total das ações	14.651.000	100%	6.151.000	100%

15.2 Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Patrimônio líquido - Continuação

Destinação do resultado	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	37.930	40.816
Constituição de reserva legal (5%)	(1.700)	-
Subtotal	36.230	40.816
Dividendos mínimos obrigatórios	(9.057)	(10.204)
Reserva de lucros a realizar	(27.173)	(30.612)
Saldo de lucros acumulados	-	-

A administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária a proposta para constituição de reservas de lucros a realizar, demonstrada no quadro acima, para eliminação do excesso das reservas de lucros em relação ao capital social em atendimento ao referido artigo da Lei das Sociedades Anônimas.

16. Partes relacionadas

16.1 Remuneração da alta Administração

Não houve remuneração para a administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

16.2 Dividendos

Em agosto de 2021 a Companhia pagou os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2020, no valor de R\$ 10.204.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui em aberto os valores de dividendos no total de R\$ 26.517 (R\$ 27.664 em 31 de dezembro de 2020).

16.3 Arrendamentos

A Companhia possui em aberto com a Alupar Investimento S.A. os valores de arrendamentos a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, totalizando R\$ 160 (R\$ 93 em 31 de dezembro de 2020).

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

17. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Receita operacional bruta</u>	<u>66.053</u>	<u>67.872</u>
Receita de operação e manutenção (nota 8)	6.526	4.603
(-) Parcela variável (nota 8)	(294)	(2.265)
Remuneração do ativo de concessão (nota 8)	59.821	65.534
<u>Deduções da receita operacional</u>	<u>(2.886)</u>	<u>(2.864)</u>
Programa de Integração Social - PIS	(426)	(444)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.968)	(2.050)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(138)	(104)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(138)	(104)
Ministério de minas e energia - MME	(69)	(52)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(147)	(110)
<u>Receita operacional líquida</u>	<u>63.167</u>	<u>65.008</u>

18. Custo dos serviços prestados

	31/12/2021	31/12/2020
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(825)	(499)
Material	(2.729)	(7.422)
Serviços de terceiros	(1.080)	(499)
Aluguéis	(116)	(85)
Seguros	(175)	(90)
Outros tributos e taxas	(9)	(23)
Depreciação e amortização	(109)	(34)
Outros	(15)	(130)
Total custos dos serviços prestados	<u>(5.058)</u>	<u>(8.782)</u>

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras	527	209
Receita de aplicações financeiras	520	203
Descontos obtidos	1	1
Outros	6	5
Despesas financeiras	(18.037)	(11.202)
Encargos sobre debêntures (nota 10c)	(17.234)	(10.435)
Custos de captação de dívida amortizado (nota 10c)	(543)	(543)
Juros sobre arrendamentos	(23)	(9)
Atualização monetária	(10)	(2)
Juros e multas	(86)	(26)
Outros	(141)	(187)
Total líquido	(17.510)	(10.993)

20. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro presumido e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita de transmissão recebida	35.403	35.403	29.046	29.046
Percentual de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Base de presunção s/ receita de transmissão recebida	2.832	4.248	2.324	3.486
Receita financeira	436	436	215	215
Base de cálculo	3.268	4.684	2.539	3.701
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Tributos correntes	(793)	(422)	(611)	(333)
Mudança de premissas no calculo dos impostos	-	-	(1.324)	(480)
Total dos tributos correntes	(793)	(422)	(1.935)	(813)
Total dos tributos diferidos (nota 11)	(585)	(316)	(815)	(441)
Despesa total com tributos	(1.378)	(738)	(2.750)	(1.254)
Alíquota efetiva	5,98%		13,79%	

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

21. Instrumentos financeiros

21.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

21.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

	31/12/2021		31/12/2020		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa	3	3	4	4	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	25	25	12	12	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos a curto prazo	15.272	15.272	6.458	6.458	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	7.882	7.882	4.279	4.279	-	Custo amortizado
	23.182	23.182	10.753	10.753		
Passivo						
Fornecedores	713	713	4.377	4.377	-	Custo amortizado
Debêntures	134.370	134.370	123.442	123.442	-	Custo amortizado
	135.083	135.083	127.819	127.819		

21.3 Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

21. Instrumentos financeiros - Continuação

21.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

21.4.1 Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.200 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que as contas a receber da Companhia são garantidas pelo ONS.

21.4.2 Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

21.4.3 Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de debêntures está vinculada ao CDI e IPCA.

21.4.4 Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

21. Instrumentos financeiros - Continuação

21.4.5 Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

21.4.6 Risco técnico

A infraestrutura da concessão é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

21.5 Análise de sensibilidade

21.5.1 Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021, foi extraída a projeção do indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Posição em 31/12/2021	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Investimento de curto prazo		10,63%	5,32%	7,97%	13,29%	15,95%
CDI	15.272	1.623	812	1.217	2.030	2.436

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

21. Instrumentos financeiros - Continuação

21.5.2 Análise de sensibilidade ao risco da taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador da dívida ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, o CDI e o IPCA projetados foram obtidos por meio do relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2021; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2021	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano						
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento			
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)		
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª série	CDI	113,50%	31.116	10,63%	5,32%	7,97%	13,29%	15,95%
			3.754	1.879	2.815	4.694	5.633	
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª série	IPCA	6,17%	103.254	4,63%	2,32%	3,47%	5,79%	6,95%
			11.444	8.911	10.172	12.715	13.987	

22 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

ETC - Empresa Transmissora Capixaba S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

23 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2021.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Riscos Patrimoniais	140.005	132	06/04/2022
Responsabilidade Civil	10.000	28	06/04/2022
Seguro Garantia	15.096	106	23/09/2022
Responsabilidade Civil -D&O	50.000	2	28/08/2022
Total	<u>215.101</u>	<u>267</u>	

Patrícia Nalini Sávio Ferreira
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2